

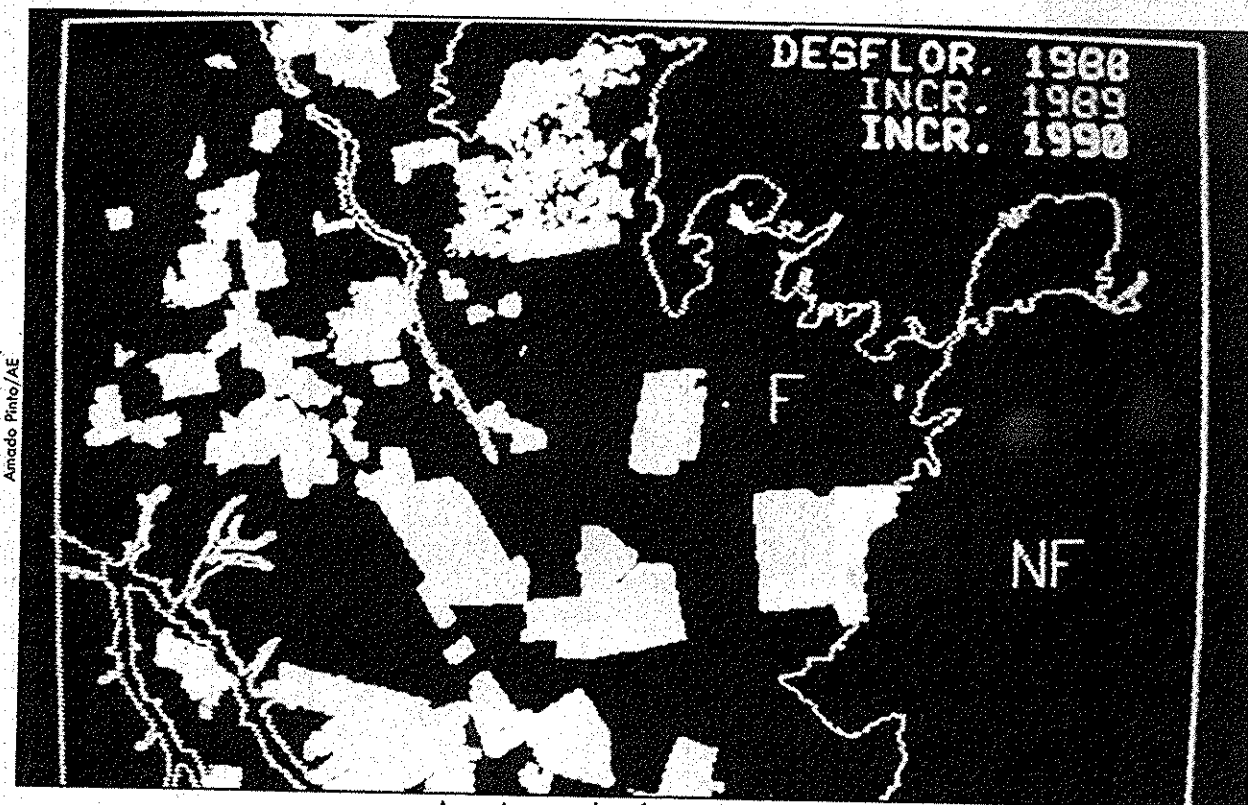
O levantamento do INPE, feito com imagens do satélite Intelsat, mostra que ainda se derrubam muitas matas na região amazônica, mas a velocidade da devastação já é 36% menor que há dez anos.

# Cai o ritmo do desmatamento na Amazônia

Está diminuindo o ritmo dos desmatamentos na Amazônia nos últimos dois anos. É o que dizem os números do mais recente levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, anunciados ontem: 13.818 quilômetros quadrados de mata foram derrubados entre agosto de 1989 e agosto de 1990. A área atingida ainda é grande, equivalente à metade do Estado de Alagoas, mas já é 36% menor que o desmatamento médio verificado na última década (entre 1978 e 1988), que foi da ordem de 21.500 km<sup>2</sup> por ano.

Para o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, dois fatores contribuíram para a diminuição das queimadas: o fim dos subsídios para projetos agropecuários e a fiscalização anual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama. Segundo o diretor geral do INPE, Márcio Nogueira Barbosa, a repetitividade dos estudos, baseados em imagens do satélite americano Landsat de 1978, 1987/88, 1989 e 1990, já permite traçar um gráfico mostrando a evolução do desmatamento. E nesse gráfico (ver ao lado), a desaceleração gradual do desflorestamento começa a ser visível.

O Estado que mais desmatou, em área absoluta, foi o Pará: 4.902 km<sup>2</sup>, seguido de perto pelo Mato Grosso, com 4.026 km<sup>2</sup>. Sinal de que as grandes fazendas, sobretudo de gado, continuam avançando sobre a floresta, embora num ritmo inferior aos dos anos anteriores, quando a taxa estadual de desmatamento chegou a ser de 7.000 km<sup>2</sup> anuais. O Maranhão continua sendo o Estado mais devastado, com 35,9% de sua área total desmatada. E Rondônia, onde 1.676 km<sup>2</sup> foram derrubados no ano passado, continua em segundo lugar, com



A contagem das áreas desmatadas, realizada em mesas digitalizadoras, reduziu a margem de erro de 10% para 5%.

13,9% do Estado alterados. A evolução que mais preocupa é a do Estado do Amapá. Até agora praticamente intacto, com apenas 0,9% do território desflorestado, o Amapá foi o único Estado a apresentar ritmo crescente de desmatamento. A taxa de derrubadas entre 1978 e 1988, ali, foi de apenas 73 km<sup>2</sup> por ano. Entre 1988 e 1989, essa

taxa cresceu para 139 km<sup>2</sup> e no ano passado pulou para 262 km<sup>2</sup>.

Com o desmatamento agora verificado, sobe para 415.251 km<sup>2</sup> o total de mata alterada pelo homem na Amazônia Legal brasileira. Isso corresponde a 8,5% do território amazônico. O estudo do INPE divide esse total em três tipos de alteração.

Os desmatamentos muito antigos, que nas imagens de satélite aparecem como áreas abandonadas, onde estão crescendo capoeiras, somam 97.643 km<sup>2</sup>. Os desmatamentos recentes, de fazendas, projetos de colonização, mineradoras ou cidades, correspondem a 312.781 km<sup>2</sup>. E as áreas inundadas por hidrelétricas chegam a 4.827 km<sup>2</sup>.

Este ano, a contagem das áreas alteradas foi totalmente automatizada, feita em mesas digitalizadoras, o que deve reduzir de 10 para 5% a margem de erro. Com a automação também foi possível fazer mapas detalhados dos desmatamentos, que deverão auxiliar na fiscalização.

### A marcha do desmatamento na Amazônia

Taxa anual (km<sup>2</sup>/ano) do desflorestamento, segundo o levantamento do satélite Landsat.

	78/89	87-88/89	89/90
(hidroelétricas excluídas)			
ACRE	632	553	558
AMAPÁ	73	139	262
AMAZONAS	1516	1191	533
MARANHÃO	2455	1432	1112
MATO GROSSO	5152	5973	4026
PARÁ	7000	5762	4902
RONDÔNIA	2347	1441	1676
RORAIMA	303	636	161
TOCANTINS	1657	744	588
AMAZÔNIA LEGAL	21135	17871	13818
(incluindo hidroelétricas)			
AMAZÔNIA LEGAL	21500	18842	13818

Os desmatamentos muito antigos, que nas imagens de satélite aparecem como áreas abandonadas, onde estão crescendo capoeiras, somam 97.643 km<sup>2</sup>. Os desmatamentos recentes, de fazendas, projetos de colonização, mineradoras ou cidades, correspondem a 312.781 km<sup>2</sup>. E as áreas inundadas por hidrelétricas chegam a 4.827 km<sup>2</sup>.

Este ano, a contagem das áreas alteradas foi totalmente automatizada, feita em mesas digitalizadoras, o que deve reduzir de 10 para 5% a margem de erro. Com a automação também foi possível fazer mapas detalhados dos desmatamentos, que deverão auxiliar na fiscalização.

Os números e um atlas com esses mapas foram entregues ao IBAMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, e já devem servir para a próxima estação de queimadas, em junho. "O INPE também está produzindo mapas de desmatamento por município, para facilitar ainda mais a fiscalização", completa Márcio Barbosa. Estes devem ficar prontos até agosto deste ano.

Os novos números seguem também para organismos internacionais, que agora devem corrigir seus relatórios com base nos levantamentos do INPE.

Liana John/AE